



CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
(Do Sr. Gustinho Ribeiro)

Obriga a inclusão da Educação Digital
no currículo escolar dos ensinos
fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta dispositivo a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, objetivando incluir a Educação Digital como obrigatória em todas as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, assegurando maior interação das tecnologias educacionais com as disciplinas do currículo escolar, bem como a formação de crianças e adolescentes conscientes dos riscos da má utilização da internet e de outros meios de comunicação digital.

Art. 2º. A Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“Art.26-B. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da Educação Digital.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que visa incluir a Educação Digital como obrigatória em todas as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, assegurando maior interação das tecnologias educacionais com as disciplinas do currículo escolar, bem como a formação de crianças e adolescentes conscientes dos riscos da má utilização da internet e de outros meios de comunicação digital.

Atualmente, qualquer informação pode ser captada em tempo real e de qualquer lugar do mundo, da palma da mão, bastando um clique.

Sendo assim, educar alunos que já são nativos digitais passa a ser um grande desafio pois, para eles, a tecnologia nada mais é do que uma parte natural do mundo em que vivem.

Porém, não se pode partir do pressuposto de que tal naturalidade signifique destreza e domínio de tudo. Os jovens de hoje usam os mecanismos digitais muitas vezes de maneira desenfreada e insensata, nem sempre contando com as malícias e o pensamento crítico para discernir os limites entre o real e o fictício.

Pesquisas apontam que crianças utilizam a internet para adentrar na sexualidade cada vez mais cedo, usando por exemplo, a prática de se enviar imagens com o “nudes”, já a partir dos dez anos de idade.

Diante de milhares de casos de uso indevido da tecnologia em que colocam crianças e adolescentes como um segmento da população mais vulnerável, se faz necessária uma legislação própria que crie uma educação digital nas escolas abordando temas como cyberbullying, sexting, aliciamento, privacidade, canais de denúncia e uso excessivo da rede, tornando assim, a conscientização ainda mais eficiente.

Noutro giro, a educação digital nas escolas também pode contribuir bastante no aprendizado dessas crianças e adolescentes em relação às matérias que já constam no currículo escolar como biologia, português, matemática, geografia, entre outras.

Como já sabido, existem vários sites interativos que utilizam de diversos mecanismos para aprimorar e facilitar os estudos e o aprendizado de maneira didática, o que pode ser usado para complementar a assimilação dos alunos.

Dessa forma, resta demonstrada a importância do presente Projeto de Lei que tem como objetivo proteger e instruir crianças e jovens para um futuro seguro e promissor onde a tecnologia se mostra cada vez mais presente.

Face à enorme relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para analisar, aperfeiçoar e aprovar este projeto de lei com a maior brevidade.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado **GUSTINHO RIBEIRO**
SOLIDARIEDADE/SE